

IDENTIDADE NEGRA E NEOPENTECOSTALISMO: O CASO

REGINALDO GERMANO

ADRIANA MARTINS DOS SANTOS*

Introdução

Este trabalho pretende analisar a presença evangélica no espaço público institucional a partir da análise da trajetória parlamentar do deputado federal Reginaldo Germano (1999-2007), tendo como fontes principais o material legislativo produzido pelo deputado, além de jornais e revistas do período de sua atuação como legislador. Reginaldo Germano teve sua atividade parlamentar marcada pela busca de melhorias das condições de vida do negro, assumindo dentre outras bandeiras ligadas a causa a condição de relator do Projeto de Lei do Estatuto da Igualdade Racial. Através da análise parlamentar de Germano é possível pensar a forma como se constituiu historicamente a relação entre o Protestantismo, em especial, o Pentecostalismo e Neopentecostalismo¹ e as questões raciais. Objetiva-se a partir da construção do seu perfil social e político discutir a construção de uma identidade negra neopentecostal, conflitante, todavia, com a sua postura de negação de diversos elementos da cultura de origem africana ao mesmo tempo em que forjando também novas identidades do ser negro.

Optamos para a construção deste artigo em nos determos na observação dos discursos de Reginaldo Germano, apesar da análise da vida política no espaço legislativo poder ser

* doutoranda em História Social – UFBA, bolsista CNPq.

¹O Pentecostalismo chegou ao Brasil em 1910 e 1911. Este pode ser definido como uma dissidência radical do Protestantismo histórico no início do século XX, cuja característica básica é a crença no Batismo do Espírito Santo nos fiéis, expressa pelo falar em línguas estranhas, a glossolalia. O fenômeno pentecostal reintroduziu nas igrejas evangélicas um caráter “novo” no comportamento dos fiéis durante a liturgia, que passou a ser marcado por manifestações extáticas (de êxtase), carismas (dons), etc., decorrentes do fato dos fiéis estarem possuídos pelo Espírito Santo. Este fenômeno “surgiu” em 1901 nos Estados Unidos, possuindo sementes no Protestantismo histórico norte-americano, já que os ingleses, quando chegaram aos EUA, adaptaram o Protestantismo inglês às novas condições encontradas para a colonização de um território até então desconhecido, fugindo de certas concepções rígidas, racionais, do calvinismo puritano, e adotando, como nos casos dos metodistas na pregação do Oeste americano, manifestações emocionais. Já Neopentecostalismo foi um conceito utilizado por alguns cientistas sociais para nomear a Igreja Universal do Reino de Deus e outros grupos pentecostais com características semelhantes a estas, fundadas a partir da década de 1970, que deram maior ênfase a Teologia da Prosperidade, as práticas de cura e o exorcismo.

realizada a partir da observação de uma série de outros documentos, projetos, moções, discursos e indicações. Entre as razões para esta escolha metodológica está a possibilidade de trabalharmos com todos os discursos que ele produziu ao longo do período que atuou como deputado a partir de uma análise mais aprofundada dos mesmos, solução esta que permite também pensar a presença das discussões sobre racismo ou o papel do negro na sociedade nestes discursos comparando-as a outros deputados, que vincularam sua atuação política à questão negra ou ao movimento evangélico. Além disto, os discursos nos remetem ao todo da atividade parlamentar porque nele também aparecem as indicações, projetos, comissões, disputas entre deputados, referências a notícias publicadas em jornais, revista, televisão. Trata-se de um material riquíssimo para a construção do perfil de um parlamentar.

Militante negro de Cristo

Durante a visita à Salvador de um pastor e senador do Partido Democrata, líder do movimento negro e ex-candidato à presidência dos EUA, o vereador iurdiano Alexandre Bittencourt Madureira¹ fez um interessante comentário a respeito do preconceito racial e religioso na Bahia:

Depois de passar pelo Rio e São Paulo, o pastor Jesse Jackson, senador do Partido Democrata, líder do movimento negro e ex-candidato à presidência dos EUA, foi para Salvador (BA), onde participou de um almoço oferecido pelo Movimento Negro e de uma reunião com o governador Paulo Souto. Embora não conhecendo toda cidade, o senador ficou espantado com a diversidade religiosa da região. Jackson ainda teve a oportunidade de falar com o pastor e vereador Alexandre Bittencourt, da Igreja Universal, o qual lhe confessou que a maior discriminação no Brasil não é racial, mas a religiosa, principalmente contra os cristãos que pregam o Evangelho de uma maneira aberta. Jesse Jackson mostrou-se disposto também a defender a causa dos evangélicos.²

¹Alexandre Bittencourt Madureira se encontrava vinculado à rede assistencial da IURD como secretário na mesa diretora da Associação Beneficente Cristã soteropolitana quando se elegeu vereador em 1996. Sua atuação como representante dos interesses iurdianos foi marcada por uma performance parlamentar voltada para a apresentação de discursos a favor do grupo em plenário e nos meios de comunicação, como jornal e televisão. Durante o seu desempenho como vereador (1996-2000) foi identificado dois projetos de sua autoria que beneficiavam grupos evangélicos: o PL 158/97 de 17/09/1997 que considerava de Utilidade Pública Municipal o “Desafio Jovem Peniel”, ligada à Igreja Batista Peniel e o PL 128/99 de 01/06/1999 que dava a mesma concessão a Associação Desafio Jovem Salvador. *DOM, DL*, 30/11/1999, p. 1 e *DOM, DL*, 19/09/1997, p. 2 e 09/09/1999, p. 4

²*Folha Universal*, 15/12/1996, pág. 7 b.

Alexandre Bitencourt ao entrar em contato com Jesse Jackson ressaltou mais o suposto preconceito de que os evangélicos seriam vítimas na cidade do que o tema que trouxe o próprio político norte-americano a terras baianas, que foi a discussões de questões pertinentes à causa negra. Talvez se a visita tivesse se dado dois anos depois e o contato de Senador Jackson fosse com outro pastor-político da Igreja Universal do Reino de Deus as conclusões sobre a maior discriminação da população evangélica ou da população negra tivesse tomado rumo diferente. O outro membro a que me refiro é Reginaldo Germano que chegou a Salvador para atuar como pastor em 1997 e que em 1998 se candidatou a deputado federal pelo PMDB, mas com explícito apoio da IURD.¹

Membro da Igreja Universal, Germano atuou como deputado federal pelo estado da Bahia entre os anos de 1999 e 2006. Reginaldo Germano se converteu a IURD em 1985, segundo seu próprio relato, ainda quando se encontrava preso, cumprindo pena por envolvimento com drogas. Nascido e criado no Rio de Janeiro, sua cidade natal, a partir do momento que entrou para a Igreja Universal e se tornou pastor, atuou em diversos estados brasileiros até chegar à Bahia, na década de 1990.²

Reginaldo Germano se vestia com indumentárias africanas, fazia o discurso de movimento negro, mas operava a política a partir da perspectiva Neoliberal, passando por partidos como o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, Partido da Frente Liberal e Partido Progressista. Ligado ao Carlismo, como a maioria dos deputados iurdianos baianos³ e com posições políticas similares ao que se chamou Direita⁴, o dito deputado, também se

¹Folha Universal, 06/09/1998, pág. 5b.

²Diário da Câmara dos Deputados (DCD), 9/08/2000, 41326.

³Quando a Igreja Universal do Reino Deus chegou à Bahia em 1980, Antonio Carlos Magalhães já havia ocupado os cargos de prefeito de Salvador (1967), Governador (1970 e 1978) e o carlismo estava plenamente estabelecido no Estado. A colaboração com este grupo político, demonstrada pelo apoio político dado em troca das “velhas” concessões que marcaram a política brasileira e baiana, foi a marca maior da atuação dos políticos iurdianos durante o período estudado. Os políticos da IURD também tiveram sua cota, se não na gestação do Carlismo, pelo menos na sua consolidação durante a década de 1990. Colaborações anteriores, como as realizadas pelo batista Clériston Andrade, já haviam marcado a relação entre poderes políticos baianos e evangélicos. (Dantas Neto, 2006: 280)

⁴A utilização dos termos Direita e Esquerda diante do clima de “pasteurização” política vivenciadas anos últimos anos pode ser problemática, mas também pode ser em parte justificada pelo fato de que à época estudada os grupos se identificavam e eram identificados por tal designação. A Direita no Brasil reproduz muitos elementos que estão presentes neste segmento em outros países como a preocupação com a defesa da lei e da ordem e a preservação dos interesses individuais, principalmente os de propriedade. A Esquerda aliado ao tema da busca de uma sociedade mais igualitária tem sido mais “liberal” ao assumir como fazendo parte de suas bandeiras temas como a regulamentação da união civil homossexual, a descriminalização do aborto, legalização das drogas.

destacou na luta por direitos dos negros, tanto como relator da comissão que criou o Estatuto da Igualdade Racial quanto por desenvolver uma atividade parlamentar voltada para a busca de melhores condições de vida da população negra. Esta atuação pode ser em parte explicada pela sua própria condição “racial”. Numa sociedade que estruturou suas relações raciais a partir da cor, Germano se incluía entre os indivíduos que mais estiveram em condições de ser vítima deste preconceito por se encontrar bastante próximo da suposta posição desfavorável na “escala racial brasileira” baseada na aparência.

Por ter sentido na “própria carne” o preconceito, possivelmente o deputado se envolveu nesta luta e ao lado da defesa dos interesses da Igreja Universal do Reino Deus tenha colocado a “causa negra” também como uma das pautas de reivindicações. Este caráter diferenciado foi aproveitado pelo próprio grupo religioso do qual o deputado fazia parte. Em várias edições do jornal *Folha Universal* podem ser encontradas reportagens destacando a atuação do deputado na defesa questões raciais e na revista *Plenitude*, publicada pela IURD, discussões em torno das cotas.

Analisando a atividade legislativa de Reginaldo Germano

Durante os 8 anos que Reginaldo Germano atuou como deputado na Câmara Federal ele realizou 215 discursos. Nestes há referência direta ao racismo ou o papel dos negros na sociedade em 66. Cerca de 30% dos seus discursos se voltaram para fazer homenagens a pessoas ou entidades negras que se destacaram ou se destacavam na sociedade brasileira, apresentar os andamentos das discussões na comissão que discutia o Estatuto da Igualdade Racial, realizar denúncias de situações de racismo, apresentar dados sobre a exclusão estrutural que vivia o negro na sociedade. Luiz Moreira, um dos primeiros deputados federais eleitos pela IURD no Brasil e o primeiro na Bahia, em doze anos de vida parlamentar em nenhum de seus discursos tratou desta temática (1991-2002). Já Abdias do Nascimento, o primeiro deputado federal do Brasil que pautou seu mandato na defesa dos direitos dos afro-brasileiros, em sua atuação na Câmara dos deputados foi a tribuna para realizar 74 discursos dos quais 61 estavam relacionados a questões raciais, o que corresponde a aproximadamente 82% de seus pronunciamentos. Nascimento assumiu a função em 1983, eleito pelo Partido

Reginaldo Germano é um político de Direita apesar de seu interesse pela busca da igualdade racial, uma vez que o combate à desigualdade é um elemento pontual de seu mandato.

Democrático Brasileiro no estado do Rio de Janeiro, sendo de sua autoria o primeiro projeto de lei de políticas públicas afirmativas para o negro na história do País.

O aparecimento do tema das questões raciais nos discursos de Germano supera a própria presença de seu grupo religioso. A Igreja Universal do Reino de Deus apareceu como objeto central de suas falas 23 vezes, embora quando esta matéria emergia, o seu papel de “político da igreja” se concretizasse de maneira bastante evidente. Quando “colocado contra a parede”, ou seja, nos momentos em que a sua identidade racial teve que se defrontar com aspectos de sua condição religiosa, o seu posicionamento político se pautou na defesa dos interesses da IURD. Uma das ocasiões em que isto ocorreu foi quando da proibição de circulação do livro *Orixás, caboclos e guias*, no qual Edir Macedo apresenta uma visão marcadamente preconceituosa das religiões e religiosidades afro-brasileiras:

Agem contra o livro do Bispo Macedo. Ora, se retirarem o livro do Bispo Macedo, como determinou a Justiça, vamos ter de fazer o mesmo com livros da Igreja Católica, da Umbanda, da Quimbanda, do Candomblé, da Magia Negra. Todos os livros religiosos vão ter de sair de circulação. Eles não vão circular, ou que se declare que no Brasil só há uma religião e todos somos obrigados a praticá-la.

Aqui fica meu protesto contra a injusta apreensão do dinheiro e contra a decisão da Justiça do Estado da Bahia, que determinou a retirada do livro do Bispo Macedo de circulação. Se isso ocorrer, tem de se retirar todos os outros livros que tratam de religião, para que haja equidade.¹

Dois anos antes Germano já expressara opinião semelhante ao questionar o que para ele era uma suposta perseguição dos evangélicos aos cultos afro-brasileiros:

“Há uma liberdade de culto. Encontram-se despachos nas ruas, perto das cachoeiras. O padre Marcelo prega na TV”.

Segundo Germano, a Universal tem 23 deputados e deles nunca partiu nenhuma ação para causar impedimento a qualquer religião. “No simples fato de praticar a fé, uma religião já ofende a outra. A Igreja Católica adora imagens, nós não. Isso nos ofende. Nossa maneira de pregar é contrária ao Candomblé. O sacrifício agride a gente. E não há ação de nossa parte contra essas igrejas. Respeito o direito de a pessoa professar a sua fé, mas não precisamos respeitar os deuses dela.”²

Ser evangélico, ou mais, ser iurdiano implicava na negação das religiões de origem africana, negação esta que pode ser comprovada em muitos momentos da história deste grupo marcada por diversos confrontos com os cultos afro-brasileiros. Ao trazer para si a bandeira da causa negra, Reginaldo Germano também teve que se defrontar com os dilemas que esta

¹DCD, 17/11/2005, pág. 55399

²Folha de São Paulo, 14/12/2003, pág. 9.

participação implicava, uma vez que a vinculação com a militância negra quase sempre se associou ao compartilhamento de uma determinada posição religiosa. Evangélicos Progressistas já haviam entrado na militância, mas uma parte destes setores estava preocupada em estabelecer um diálogo inter-religioso e cultivavam algum reconhecimento aos cultos afro-brasileiro ou pelo menos admitiam a necessidade deste respeito.¹ Este respeito é negado na própria fala de Germano: “respeito o direito de a pessoa professar a sua fé, mas não precisamos respeitar os deuses dela”. Assim, a criação do MONEBA, Associação Nacional do Movimento Negro Evangélico apareceu com uma alternativa para a sua entrada na militância da causa negra sem abandonar algumas de suas convicções (ou preconceitos):

A criação desse movimento mostra que os negros que querem servir a Deus por meio da Igreja não têm mais motivos para pensar que só podem pertencer a religiões de origem africana. Não! Nós somos livres. Não foi em 1888 que ficamos livres, mas quando encontramos Jesus. Em 1888 permanecemos escravizados. A partir do momento em que encontramos Jesus, tornamo-nos livres, e a Bahia criou a MONEBA.²

Há em seus discursos referências a alguns dos conflitos que teriam ocorrido com segmentos do movimento negro e a suposta exclusão de que sofreria pela sua condição religiosa, principalmente com seu colega baiano, deputado Luiz Alberto, militante histórico da causa negra, um dos fundadores do Movimento Negro Unificado.³ Luiz Alberto também teve atuação parlamentar voltada para questões relacionadas à causa negra. Dos 482 discursos que proferiu ao longo de 14 anos na Câmara Federal (1999-2006), 133 fizeram diziam respeito a esta temática, aproximadamente 27% de suas falas. Deve-se ressaltar que este deputado atuava em diversos movimentos sociais, além de entidades negras, o que pode explicar um percentual menor em termos relativos quando comparado aos dados de Reginaldo

¹É tentador imaginarmos que setores progressistas e ecumênicos do Protestantismo tenham facilitado o diálogo com as religiões africanas, mas existem indícios muito grandes das dificuldades neste processo. Parece que personagens importantes dele só quiseram um diálogo verdadeiro com os cristãos, a exemplo de Celso Dourado, uma das figuras mais atuantes deste segmento na Bahia e que, no entanto, tinha dificuldades muito grandes para lidar com esta temática. Em entrevista concedida à Elizete da Silva, diz considerar estes grupos como dignos de respeito, mas qualifica-os como religiões primitivas, revelando no conteúdo implícito desta avaliação o seu preconceito e o lugar de onde parte esta afirmação, ou seja, a partir do olhar de uma religião supostamente “superior” e “evoluída”. (Silva, 2010, pág. 205)

²DCD, 10/08/2005, pág. 37818.

³O Movimento Negro Unificado é uma entidade do movimento negro fundada em 1978, na cidade de São Paulo, visando lutar contra a discriminação racial de forma mais integrada buscando a construção de uma ação conjunta de entidades já existentes. (Silva, 2007, pág. 12)

Germano. A base social de apoio dos dois candidatos era bastante diferente, o que esclarece de certa forma os estranhamentos que ocorreram entre os dois no espaço legislativo:

Na semana passada ocupei esta tribuna para abordar o tema da discriminação racial no País. Manifestei o meu repúdio em relação à maneira como o atual Governo tem tratado a questão.

Para meu espanto, o orador que me sucedeu nesta tribuna, o Deputado Luiz Alberto, do Partido dos Trabalhadores da Bahia, discordou do meu ponto de vista, contradisse-me e tentou desacreditar as minhas palavras. Além disso, atacou a religião evangélica deste País, que tem prestado relevantes serviços à população. Os evangélicos nada recebem do Governo, não têm seus templos tombados. Vivem, sim, dos dízimos ofertados em suas igrejas por aqueles que acreditam na palavra de Deus.

[...] Lamento a atitude do Deputado Luiz Alberto de levantar-se contra a Igreja Universal do Reino de Deus, que, principalmente no Rio de Janeiro, entrou nos presídios e levou até lá a palavra de Deus, serenando o ânimo dos insatisfeitos que nas ruas praticaram crimes como tráfico de drogas, sequestros e assaltos. Lá estamos presentes para levar esperança e orientação, para ensinar àquelas pessoas que o caminho não é o da violência e do crime organizado, para lhes mostrar que há esperança, e essa esperança chama-se Jesus. Quando Jesus entra no coração da pessoa, ela deixa de ser violenta e passa a ter dignidade, sendo objeto de aprovação na sociedade.¹

Luiz Alberto de fato pediu a palavra na sessão realizada em 18 de agosto de 2004 para rebater algumas das observações feitas por Reginaldo Germano acerca das alterações propostas pelo governo para o Estatuto da Igualdade Racial. Negou que na proposta do governo houvesse a intenção de não colocar a reserva de vagas para negros na universidade e muito mais que isto revelou um dos principais impasses que marcava a construção do Estatuto e que mantinha relação direta com a condição religiosa de Reginaldo Germano:

Agora, gostaria que o Deputado Reginaldo Germano, como tem feito inclusive nos debates havidos nas Comissões, explicitasse o centro da sua divergência quanto ao Estatuto da Igualdade Racial. Não vamos tergiversar. Estamos querendo garantir no Estatuto, além daqueles pontos levantados por S.Exa., com os quais concordo, como o Fundo Nacional e a política da reserva de vagas, conhecida como cotas, o direito constitucional da liberdade religiosa neste País.

Sabemos de um evento ocorrido em nosso País que causou quase uma comoção nacional, ou seja, quando um pastor da Igreja Universal chutou uma santa católica na televisão. Houve uma comoção nacional. Mas sabemos que, diariamente, em várias partes do Brasil, em particular na Bahia e no Rio de Janeiro, setores evangélicos têm agredido o direito à liberdade religiosa das religiões de matriz africana, e nem por isso ocorre uma comoção nacional. Ou seja, existe, por parte de setores da sociedade, uma conivência com essa agressão antidemocrática ao direito de um setor da sociedade de praticar a sua religião.

¹DCD, 25/08/2004 pág. 36462

Esse tema está inserido no Estatuto, e me parece que daí se origina uma série de divergências, que não se explicitam. Querem impedir que o debate se dê de forma democrática, se conclua e que possamos aprová-lo na Câmara dos Deputados.¹

É bastante interessante na fala do deputado Luiz Alberto a identificação também dos motivos religiosos que justificam a presença de políticos iurdianos na construção do Estatuto da Igualdade Racial: conter uma possível criminalização de práticas de intolerância religiosa em relação às religiões afro-brasileiras que vinha ocorrendo na sociedade brasileira. Mas talvez esta seja uma visão maniqueísta da condição de Reginaldo Germano e possivelmente de outros políticos evangélicos que estivessem ligados ao projeto, pois como já foi observado, no entendimento do deputado iurdiano a intolerância religiosa não existia na IURD e o movimento negro não poderia ser confundido com determinadas posições religiosas. Esta ideia já estava presente nos discursos do deputado dois anos antes quando acusou Luiz Alberto de provocar uma guerra religiosa entre evangélicos e membros das religiões afro-brasileiras.²

Chama atenção nas palavras de Germano também a referência que faz a política de valorização de grupos religiosos afro-brasileiros: “Os evangélicos nada recebem do Governo, não têm seus templos tombados. Vivem, sim, dos dízimos ofertados em suas igrejas por aqueles que acreditam na palavra de Deus”. O preconceito em relação a estes grupos religiosos aparece quase sempre de forma implícita nos discursos de Reginaldo Germano e acabam sempre revelando o lugar social de onde emerge. Suas palavras também lembram um episódio ocorrido em 1996, quando o vereador batista Alvaro Martins apresentou na Câmara Municipal de Salvador o projeto de lei 75/96 cuja finalidade era proibir que espaços públicos recebessem nomeação religiosa.³ O vereador Alvaro Martins não desejava que logradouros públicos recebessem intitulações como “Casa de Oxum” porque estavam ligadas a crenças religiosas, mas foi ele mesmo autor de dois projetos que tinham perfil semelhante. O PL 396/1991 e o PL 246/1995 denominavam Jesus de Nazaré e Praça da Bíblia a dois pontos da cidade.⁴

O projeto de lei 75/96 de Alvaro Martins continha veladas críticas à prefeita Lídice da Mata. No governo de Lídice a valorização do patrimônio cultural afro-brasileiro não agradou

¹DCD, 18/08/2004, pág. 35363

²DCD 23/05/2002, pág. 25725

³PL 75/96 de 03/06/1996. DOM, DL, 28/11/1996, pág. 7.

⁴DOM, 20/11/1992, pág. 15 e 29/12/1995, pág. 3, respectivamente.

muitos vereadores evangélicos. Apesar das dificuldades enfrentadas pela prefeita que administrava a cidade na época com poucos recursos, fruto apenas das transferências obrigatórias feitas pelo governo estadual, dirigido por Antonio Carlos Magalhães, houve uma política pública voltada para a valorização do candomblé, principalmente através do projeto Jardim das Folhas Sagradas que realizou a melhoria de instalações físicas de alguns terreiros de candomblé de Salvador.¹ A associação da cultura baiana com religiosidade afro-brasileira sempre afetou evangélicos e as disputas em torno da instalação das esculturas de orixás no Dique do Tororó, em 1997, foi apenas o episódio mais visível desta história.

O preconceito religioso de Germano, no entanto, não o impediu de pleitear verbas para grupos tradicionalmente ligados às religiões “concorrentes”. A reforma da Senzala do Barro Preto² foi realizada com verbas conseguidas com seu apoio.³ Inclusive ele foi a tribuna da Câmara Federal no dia 20 de novembro, numa sessão comemorativa pelo dia da Consciência Negra, ressaltar a necessidade de promoção social do negro, reafirmando o seu apoio a este pleito independente de questões religiosas:

Quero também homenagear o Ilê Ayê, que no dia 27 próximo vai inaugurar a sua grande sede.

No meu primeiro ano de mandato nesta Casa, procurei o Vovô, presidente do Ilê Ayê, e perguntei-lhe o que precisava. Ele me respondeu que queria construir uma sede. Indaguei-lhe qual o problema. Respondeu-me que não tinha recurso. Trouxe-o até o Ministro de Minas e Energia. Naquela oportunidade, nós, Deputados, liberamos 3 milhões e meio para construção da sede do Ilê Ayê. O dinheiro não foi suficiente. Este ano, eu e ele fomos à PETROBRAS, no Rio de Janeiro, e conseguimos mais 1 milhão e meio de reais.

Sou pastor da Igreja Universal do Reino de Deus e sei que o Ilê Ayê está montado e funcionando em uma casa de candomblé.⁴

Alem disto, mantinha também boa relação com importantes lideranças negras na Bahia que participaram amplamente das audiências públicas realizadas durante a reelaboração do Estatuto da Igualdade Racial. Apesar das limitações impostas pela condição religiosa de Reginaldo Germano é possível afirmar que ele teve um papel relevante na construção deste

¹A derrota do grupo de ACM nas eleições de 1990 custou à cidade de Salvador quatro anos de abandono e perseguições a então candidata do PSB.

²É local onde funciona a atual sede do Grupo Ilê Aiyê. Foi construída para a realização de atividades culturais, educacionais, profissionalizantes de apoio à comunidade. Neste espaço se desenvolvem projetos carnavalescos, político-culturais e educacionais, visando resgatar a autoestima do negro e elevar seu nível de consciência crítica.

³Diário do Senado Federal (DSF), 17/11/2005, pág. 39740.

⁴DCD, 21/11/2003, pág. 63316.

estatuto, um marco no que tange a construção de políticas públicas para o negro na sociedade brasileira e este fato pode ser evidenciado através da observação da trajetória desta lei no Congresso Nacional.

A proposta de elaboração de um Estatuto da Igualdade Racial foi apresentada pelo deputado Paulo Paim do Partido dos Trabalhadores, em junho de 2000, através do projeto de lei 3.198/2000. Segundo Tatiana Dias Silva:

Após a apresentação do PL no 3.198/2000, somente em setembro do ano seguinte foi constituída comissão especial para promover sua apreciação. Nos meses anteriores, esta comissão realizou audiências públicas, seminários e visitas a alguns estados para debater o documento, além de receber subsídios de entidades ligadas ao tema racial e dos direitos humanos. Como resultado desse debate na Câmara, em dezembro de 2002, o relator, deputado Reginaldo Germano, apresentou parecer com substitutivo ao PL no 3.198/2000, incorporando várias alterações e promovendo aperfeiçoamento no conteúdo e na redação do texto. (SILVA, 2012: 9)

Entre as propostas incorporadas através do substitutivo de Reginaldo Germano estavam inclusos o estabelecimento de direito à propriedade definitiva das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos; o reconhecimento da liberdade de consciência e de crença dos afro-brasileiros; o direito a valorização da herança cultural negra; o estabelecendo de cotas raciais nos filmes e programas veiculados pelas emissoras de televisão e peças publicitárias. Entre as inovações do novo projeto também estava presente como elemento central para garantir a aplicabilidade desta lei, a criação de um fundo com recursos para a implementação das ações e políticas públicas sugeridas. Segundo Germano, o estatuto não sairia do papel sem o uso destes meios financeiros, mas este era um ponto que dificultava o seu andamento no Congresso Nacional:

Quero chamar atenção para o fato de que tramita nesta Casa o Estatuto da Igualdade Social, no qual está prevista a criação de um fundo com recursos provenientes das loterias. No ano de 2003, 62 milhões de reais em prêmios de loterias não foram recebidos pelas pessoas sorteadas — elas não foram recebê-los. Esse dinheiro, Sr. Presidente, é o que almejamos para criar o Fundo de Promoção da Igualdade Racial.

Alguns Parlamentares que eram negros no Governo Fernando Henrique Cardoso e deixaram de ser negros para se tornar petistas no Governo Lula — repito: eram negros no Governo Fernando Henrique, mas agora são só petistas — estão recebendo goela abaixo as determinações de Lula. Sabe por que não entrou em pauta ainda o Estatuto da Igualdade Racial? Porque ele cria um fundo. E o Governo quer que façamos política racial sem dinheiro.

*Como tenho dito, a Princesa Isabel de 1888 reviveu, reencarnou na figura do Presidente Lula. Como vamos fazer política de promoção racial sem dinheiro?*¹

Um dos principais responsáveis pela aprovação do Estatuto da Igualdade Racial no Senado Federal foi Antonio Carlos Magalhães que liderou seu grupo no sentido de facilitar o trâmite do projeto. Rodolfo Tourinho foi o relator no senado, assim como Reginaldo Germano o relatou na Câmara dos Deputados. Quando Germano defendeu a criação do Estatuto não estava indo de encontro às determinações partidárias nem às prescrições estabelecidas pelo seu grupo religioso (talvez o principal “dono” de seu mandato). Todavia, não se pode concluir que a sua atuação esteve destituída de um interesse genuíno pela busca de soluções para a situação de preconceito e discriminação vivenciada pelos negros na sociedade, pois ainda no início de seu mandato, quanto o tema reparação ainda estava se colocando como assunto relevante para a sociedade, pode-se identificar posturas do deputado iurdiano que se coadunam com um discurso e prática antirracista.² Esta visão da questão racial no Brasil não era partilhada por outros deputados evangélicos baianos como Milton Barbosa que se pronunciou contrário à criação do estatuto:

Trata-se do doutrinamento que faltava para a sustentação das superioridades raciais no Brasil. Criar esse estatuto é simplesmente acender o rastilho de pólvora que vai provocar explosão de conflitos raciais que este País jamais viu em sua história, do Descobrimento até os dias atuais. [...]

Criar cotas de participação em universidades, em empregos públicos e coisas dessa natureza é simplesmente criar compartimentos estanques de oportunidades, de desafios, de esperanças. É dizer para os negros: simplesmente vocês só vão até aqui. Ora, Sr. Presidente, isso pode ser considerado um avanço? Onde já se viu, por compaixão ou parcialismo, estimular alguém a ser vitorioso, um vencedor? Só se vence uma competição quando há estímulo, quando se agrilhoa o brio da própria dignidade.³

A atuação de Reginaldo Germano como militante da causa iurdiana/negra teve fim em 2006 quando não foi indicado para permanecer no Congresso Nacional como representante da Igreja Universal do Reino de Deus. Agraciado em 1998 e 2002 com um mandato de deputado federal, tentou disputar novamente o pleito de 2006, sem o respaldo da IURD, que decidiu não

¹DCD, 23/01/2004, pág. 1382

²DCD, 19/11/1999, pág. 55423 e DCD, 17/05/2000, pág. 24617

³<http://www.camara.gov.br/internet/plenario/notas/ordinari/V260901.pdf> Acesso em 30/10/2012.

apoiá-lo, uma vez que Germano teve seu nome associado a “Máfia das Sanguessugas”.¹ Em 2002, conseguiu 65.607 votos nominais disputando pelo Partido da Frente Liberal, ficando com 1,102% dos votos válidos. Nas eleições de 2006, quando se encontrava no Partido Progressista, caiu para 2.090 votos, o que correspondeu a 0,032% dos votos validados pela Justiça eleitoral.²

Reginaldo Germano alega ter disputado as eleições contanto com o trabalho que teria realizado em prol da comunidade negra.³ Todavia, o seu relativo fracasso eleitoral pode demonstrar que se recebia votação da comunidade negra, era, sobretudo daqueles membros desta que se encontravam nos tempos da Igreja Universal em toda Bahia. O seu discurso em relação ao papel da IURD no que diz respeito à questão negra também modificou-se a partir do momento que foi excluído pelo grupo, assumindo-se vítima de preconceito racial que antes julgava que seu grupo religioso também combatia.

Discutindo a etnicidade do ser negro

A análise da trajetória política de Reginaldo Germano nos remete a algumas discussões que já tem uma longa história no Brasil e que de certa forma se cruzam neste trabalho: o que é ser negro? É possível falarmos de uma cultura negra evangélica? Pode-se associar determinada condição racial a pressupostos religiosos? Sem dúvida combater o processo de discriminação que as religiões afro-brasileiras vêm sofrendo ao longo da história brasileira não significa uma associação automática do ser negro a ser praticante de tais práticas religiosas. Como ignorar que nos templos evangélicos no Brasil, mas principalmente nos templos baianos, a maior parte de seus frequentadores é negra?

¹A “Máfia das Sanguessugas” foi um esquema que envolvia o pagamento de propina aos deputados para elaboração de emendas ao Orçamento destinadas à compra de ambulâncias. *Folha de São Paulo*, 11 de maio de 2006, Brasil, pág. A8 e 03 de junho de 2006, Brasil, pág. A15.

²Poder-se-ia argumentar que a diminuição dos eleitores de Germano se deu ao fato de estar envolvido com escândalos políticos e não em razão de não ter recebido o apoio da IURD. É difícil saber qual a opção mais adequada uma vez que ela não estava posta para os membros que acreditavam que político evangélico e honestidade eram sinônimos: não recebeu os votos porque não foi apoiado e não foi apoiado porque não era honesto. A decisão sobre ser íntegro ou não em último caso dependeu das lideranças que puderam atacar ou defender um candidato “corrupto”. Caso a alternativa escolhida fosse a defesa, este deixava de ser “desonesto” e passava a ser “perseguido”.

³[www.http.politicosdosuldabahia.com.br/v1/2011/05/16/%E2%80%9Cfui-prejudicado-com-as-reportagens-que-a-globo-publicou-no-jornal-nacional%E2%80%9D/](http://www.politicosdosuldabahia.com.br/v1/2011/05/16/%E2%80%9Cfui-prejudicado-com-as-reportagens-que-a-globo-publicou-no-jornal-nacional%E2%80%9D/) Acesso em 20/06/2012.

Em função da pouca importância política que a etnicidade vem cumprindo no Brasil, Lívio Sansone, antropólogo e importante pesquisador das relações raciais no Brasil, questiona-se se não seria melhor pensar na construção de um antirracismo sem etnicidade? Assim, a frente antirracista não ficaria restrita ao movimento negro organizado que desenvolvera uma política de identidade negra antipluralista. Isto porque Sansone identifica as dificuldades de construção do conceito de comunidade negra:

O termo comunidade negra, usado com bastante frequência nos círculos políticos baianos e nos meios de comunicação de massa, não se refere à totalidade da população negra nem define uma “comunidade negra” tal como a conhecemos nos Estados Unidos, designando, antes, aqueles que frequentam os cinco terreiros de candomblé – um grupo de ativistas negros e um grupo de intelectuais negros. A expressão refere-se aos negros que praticavam ostensivamente a cultura afro-baiana, em particular em sua forma “mais pura” (isto é, mais africana) – os pais-de-santo e mães-de-santo dos terreiros mais famosos de candomblé, os músicos negros que fazem música de “raízes africanas” e (e que não correspondem a todos os músicos negros), as negras que vendem pratos típicos nas ruas (mas só aquelas que usam o tradicional pano-da-costa branco) e os poucos intelectuais e militantes negros que fazem da identidade negra o centro de seu trabalho intelectual ou de militância. (Teles dos Santos, 1999). A comunidade negra representa, portanto, apenas uma pequena parcela da vida social e cultural negra de Salvador. (SANSONE: 2004: 114)

Apesar dos confrontos, disputas, brigas, rivalidades, o Estatuto da Igualdade Racial saiu. Possivelmente em razão de um consenso construído. Consenso este que identificou o negro não a partir de sua aparência ou de determinadas características étnicas, mas pelo fato de que historicamente o negro vem sendo discriminado na sociedade. Um racismo estrutural que atinge “pardos” e “negros” e que incomodava tanto Luiz Alberto quanto Reginaldo Germano. De um ponto de vista militante/acadêmico talvez não seja nova a discussão da intolerância praticada pelos evangélicos em relação às religiões afro-brasileiras. Esta é por demais evidente e podemos ver em algumas falas de Reginaldo Germano a reprodução deste preconceito. Mas causa certo desconforto aos que aspiram à construção de um movimento negro forte, a intolerância praticada por alguns de seus representantes em relação à inclusão de evangélicos nas fileiras da luta contra a discriminação racial. Neste caso as palavras de Sansone convidam-nos a refletir sobre esta questão: “A comunidade negra representa, portanto, apenas uma pequena parcela da vida social e cultural negra de Salvador”. Uma parte significativa deste contingente que não faz parte desta “comunidade negra” está nos diversos templos evangélicos espalhados pela cidade. John Burdick já havia chegado a conclusões semelhantes

ao analisar o potencial negro presente no Pentecostalismo. Apesar das tensões existentes ele considera que esta aproximação poderia aumentar o potencial de luta antirracista:

Atualmente, há no Brasil um profundo antagonismo, sem praticamente nenhum canal de comunicação, entre o movimento negro organizado e o movimento pentecostal. Do lado do movimento negro, o pentecostalismo é visto como inimigo porque está impregnado da tradição religiosa europeia e porque declarou guerra à religião afro. Enquanto isso, os pentecostais solidários com a luta contra o racismo sentem-se alienados do movimento negro por causa, entre outras razões, do compromisso deste último com as religiões afro. Trata-se, sem dúvida, de gigantescas barreiras ideológicas à colaboração entre os dois movimentos. (BURDICK, 2002: 207)

Situando a luta contra o racismo como mais importante que a construção de uma etnicidade negra, Lívio Sansone aponta algumas possibilidades para ampliação do conceito de negro ou comunidade negra baiana, entre os quais podemos colocar a não necessidade de uma identidade étnica para a participação de indivíduos na luta por melhores condições de vida para a população afrodescendente. A bandeira do combate ao racismo na Bahia prescinde de feição religiosa. O evangélico Edson Gomes que o diga: o “senhor das multidões”, músico questionado por alguns setores do movimento negro baiano, mas que talvez como nenhum outro personagem simbolize a construção de uma positividade do ser negro, atingindo um setor muito mais amplo do que o que o movimento negro organizado, pelo menos na Bahia, tem conseguido.

Bibliografia

BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo, Editora UNESP, 2001.

BAPTISTA, Saulo. *Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil*. São Paulo, Annablume, 2009.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. 6ª Ed., São Paulo, Perspectiva, 2005.

BURDICK, John. “Pentecostalismo e identidade negra no Brasil: Mistura impossível?”. In: MAGGIE, Yvonne e REZENDE, Claudia Barcellos. *Raça como retórica: a construção da diferença*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

CAMPOS, Leonildo. *Teatro, Templo e Mercado: uma análise da organização, rituais, marketing e eficácia comunicativa de um empreendimento pentecostal*. São Bernardo, Insto Met. Ens. Superior, 1996.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. *Tradição, autocracia e carisma: a política de Antônio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954 – 1974)*. Belo Horizonte, Editora UFMG/Rio de Janeiro, IUPERJ, 2006.

FONSECA, Alexandre Brasil. *Relações e Privilégios: Estado, secularização e diversidade religiosa no Brasil*. Rio de Janeiro, Novos Diálogos Editora, 2011.

FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: Da constituinte ao impeachment*. Tese (doutorado em Ciências Sociais). Campinas, UNICAMP, 1993.

GOMES, Wilson. Demônios ao fim do século. Curas, ofertas e exorcismo na IURD. In: *Cadernos do CEAS CILVI*. 1993.

LEVI, Giovanni. “Sobre à micro-história”. In BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo, Unesp, 1992.

MACHADO, Maria das Dores Campos e BURITY, Joanildo. *Os votos de Deus: Evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife, Massangana, 2006.

MIGUEL, Luis Felipe e FEITOSA, Fernanda. O Gênero do Discurso Parlamentar: Mulheres e Homens na Tribuna da Câmara dos Deputados. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 52, nº 1, 2009.

NERY, Jorge. *Práticas e Representações Étnicas nas Narrativas Religiosas dos Batistas em Feira de Santana (1947-1988)*. Dissertação (Mestrado em História). Feira de Santana, UEFS, 2010.

RODRIGUES, Carlos. *A Igreja e o Social*. Rio de Janeiro, Gráfica Universal, 1998.

SANSONE, Lívio. *Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil*. Trad. de Vera Ribeiro. Salvador/Rio de Janeiro, Edufba/Pallas, 2004.

SANTOS, Adriana Martins dos. *A construção do Reino: a Igreja Universal e as instituições políticas soteropolitanas (1980-2002)*. Dissertação (Mestrado em História). Salvador, UFBA, 2009.

SANTOS, Sales Augusto dos; SANTOS, João Vitor Moreno dos; e BERTÚLIO, Dora Lúcia. *O processo de aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, Lei n.º 12.288, de 20 de julho de 2010*. Brasília: INESC, 2011.

SILVA, Elizete da. *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira: evangélicos progressistas em Feira de Santana*. Feira de Santana, Editora da UEFS, 2010.

SILVA, Hernani Francisco da. *Movimento Negro Evangélico: um mover do Espírito Santo?*. São Paulo, Selo Negritude Cristã, 2011.

SILVA, Marcelo Leolino. *A história no discurso do movimento negro unificado: os usos políticos da história como estratégia de combate ao racismo*. Dissertação (Mestrado em História). Campinas, UNICAMP, 2007.

SILVA, Tatiana Dias. *O estatuto da Igualdade Racial*. Rio de Janeiro, IPEA, 2012.

SILVA, Vagner Gonçalves da. *Intolerância religiosa: impactos do Neopentecostalismo no campo religioso Afro-brasileiro*. São Paulo, EDUSP, 2007.

TORRES, Djalma. *Caminhos de Pedra*. Feira de Santana, Curviana, 2011.

UNIVERSAL. *Jubileu de Prata: 25 anos da Igreja Universal do Reino de Deus: Do coreto às catedrais*. Rio de Janeiro, Universal, 2003.